

# COLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE: GÊNERO, RAÇA, CLASSE E PROCESSO EDUCACIONAL

Larissa da Silva Santos

pedagogalarissasantos@gmail.com

 [10.5281/zenodo.10235176](https://doi.org/10.5281/zenodo.10235176)

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

III Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2023

**Resumo.** *Mulheres negras de periferia são, todos os dias, vítimas de um conjunto de categorias de exclusão social que conseqüentemente causam transtornos e desigualdades. Desde o período da escravização, mulheres negras são postas em lugares sociais de servidão e abandono, sendo estereotipadas agressivamente até os dias atuais. Essas mulheres padecem do padrão de poder estabelecido pelos europeus e enfrentam a colonialidade que as assola em diversos âmbitos da vida. Nesse artigo teórico refletiremos sobre os impactos da colonialidade atrelada a intersecção de gênero, raça e classe no processo educacional de mulheres negras a partir de revisões de literaturas que trazem a colonialidade, e interseccionalidade e as questões de gênero, raça e classe para posteriormente pensar a educação, tendo Quijano (2005) e Collins e Bilge (2021) como suporte para a discussão. O trabalho desenvolvido resulta numa reflexão a respeito do ambiente escolar como um local que reproduz mazelas sociais, mas também como um lugar de esperança para a transgressão social.*

**Palavras-Chave.** *Colonialidade, Interseccionalidade, Educação.*

**Abstract.** *Black women from the periphery are, every day, victims of a set of categories of social exclusion that consequently cause disorders and inequalities. Since the period of enslavement, black women are placed in social places of servitude and abandonment, being aggressively stereotyped until the present day. These women suffer from the pattern of power established by the Europeans and face the coloniality that plagues them in different areas of life. In this theoretical article we will reflect on the impacts of coloniality linked to the intersection of gender, race and class in the educational process of black women from literature reviews that bring coloniality, and intersectionality and issues of gender, race and class to later think about the education,*

*having Quijano (2005) and Collins and Bilge (2021) as support for the discussion. The developed work results in a reflection about the school environment as a place that reproduces social ills, but also as a place of hope for social transgression.*

**Keywords.** *Coloniality, Intersectionality, Education.*

## INTRODUÇÃO

Questões de gênero e raça são marcadores de desigualdades que combinados à escolarização precária produzem vulnerabilidades complexas na vida de diversas mulheres. Como abordado por Nascimento e Santos (2018, p. 72), “ainda hoje, percebe-se que as mulheres negras são o grupo social que menos têm a garantia dos seus direitos assegurados como educação pública de qualidade, moradia, emprego, saúde e lazer”. A pouca escolarização atrelada ao gênero, raça e a classe social potencializam os marcadores de desigualdades, agravando a exclusão de quem já está em situação de vulnerabilidade.

Mulheres negras são inseridas em uma sociedade que impõe demandas familiares, onde há repressão de gênero, imposições sociais que as afetam psicologicamente, como a imposição de um padrão de comportamento, além de questionamentos em relação a cargos ocupados por mulheres no mercado de trabalho e sofrimento decorrente de estereótipos construídos sobre a mulher negra que sexualiza seu corpo e suas memórias. Mulheres negras idosas, com frequência, relatam que não puderam estudar porque lhe foi cobrado dar conta de diversas atividades, como a domésticas durante a juventude, por exemplo, exigindo que seguissem as imposições sociais estabelecidas em que as pessoas do sexo feminino exercem a função do cuidar, sendo uma atividade prioritária na vida de muitas.

Socialmente a mulher negra periférica precisa estudar mais que a mulher branca, mais que o homem branco e mais que o homem negro, para alcançar salários dignos. Precisa mostrar que sabe mais, precisa se vestir da melhor forma, se maquiar, se comportar conforme um padrão social, algumas vezes precisa agir de forma agressiva para ser respeitada e valorizada. Sueli Carneiro argumenta que (2011, p. 101) “para que as mulheres negras alcancem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudo, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito anos a onze anos de estudos”. Isso caracteriza o esforço contínuo necessário para que a sociedade considere os saberes dessas sujeitas que vivem em situações de opressão e desigualdade.

Quais os impactos da colonialidade atrelada a intersecção de gênero, raça e classe no processo educacional de mulheres negras? A partir de revisões de estudos bibliográficos construiremos análises sobre uma educação que tenha como epistemologia questões de gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. Os diálogos perpassam inicialmente sobre mulher negra periférica e a colonialidade, seus impasses e entraves, em seguida se constrói um diálogo de compreensão sobre as principais ideias da interseccionalidade, e, posteriormente, discutimos sobre a educação de jovens e adultas e seus possíveis desdobramentos contra a colonialidade. Não é fácil trazer tamanha sensibilidade para esse texto sendo uma mulher negra, fruto de mulheres negras periféricas que vivenciam na pele a vulnerabilidade social. No entanto, trazer intelectuais como Quijano (2005), Collins e Bilge (2021), Akotirene (2019), Davis (2016) e Hooks (2017), por exemplo, permite reflexões necessárias e importantes para compreender o sistema excludente e opressor.

## **COLONIALIDADE, GÊNERO, RAÇA E CLASSE**

Segundo a teoria abordada por Quijano (2005), um novo padrão de poder mundial se constitui a partir da formação da América juntamente ao capitalismo colonial. A partir desse novo padrão de poder baseado na força trabalhista escravagista da América surge a ideia posta de que há uma distinção de raça e a partir dessa distinção, onde há raças inferiores, se constitui as relações entre dominador e dominado. Questões referentes a gênero, a raça e a classe se interseccionam impulsionando o sistema capitalista eurocêntrico e fortalecendo o processo de epstemicídio dos saberes ancestrais de mulheres negras periféricas até os dias atuais. A escola nesse processo se caracteriza como um ambiente que reproduz a exclusão a partir da colonialidade que reitera os estereótipos construídos pelo estado-nação.

Quijano (2005) compreende que antes da ocupação da América não havia ideia de raça, mas a partir desse novo padrão formula-se relações sociais que se configuram em relação de dominação, tendo raça e identidade racial como instrumentos de classificação social. O capitalismo de estabelece então com uma nova estrutura de relação de produção construindo uma divisão racial do trabalho. Nessa perspectiva o trabalho não-pago era associado aos sujeitos tidos como “inferiores”, os racialmente inferiores e a Europa controlou o mercado mundial e impôs seu domínio colonial sobre o planeta, além de controlar as culturas, os conhecimentos e subjetividades, desenvolvendo o etnocentrismo, e

consequentemente, fomos conduzidos a ver e aceitar uma imagem imposta pelo branco como nossa, sendo e nos vendo a partir do que era definidos por eles.

A colonialidade se caracteriza pelas relações raciais de desigualdade e é percebida até os dias atuais nos conteúdos eurocêntricos estabelecidos como currículo escolar, nas relações de trabalho, nas relações parentais, nas manifestações culturais e nas relações de gênero, por exemplo. Akotirene (2019, p. 59) reitera que “é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos”. Esse padrão constrói vulnerabilidades que estabelece o lugar social da mulher e do homem negro, que descaracteriza seus saberes ancestrais e suas memórias, além de colocá-los em posição de inferioridade intelectual.

A abolição da escravatura teve pouco impacto positivo sobre as relações entre mulheres brancas e negras. Sem a estrutura escravocrata que institucionalizava de modo fundamental as diferenças entre brancas e negras, as brancas passaram a querer ainda mais que os tabus sociais promovessem sua superioridade racial e proibissem as relações legalizadas entre as raças. A participação delas foi essencial para perpetuar os estereótipos degradantes sobre a feminilidade negra. Muitos desses estereótipos reforçavam a noção de que as negras eram lascivas, imorais, sexualmente licenciosas e carentes de inteligência. (Hooks, 2017; p.132)

Ou seja, o período da escravização é marcado por estereótipos e o processo posterior a abolição da escravatura se caracteriza pela marca das relações de poder envolvendo raça e gênero como consequência de padrões estabelecidos pelos brancos desde a chegada na América. Isso significa que mesmo sem domínio estatal, a configuração de opressor e oprimido permeia as vivências e ideias sobre o outro a partir do reforço da colonialidade em diversos ambientes sociais. A pesquisadora Jéssica Ferrara discute em seu artigo Diálogos entre Colonialidade e Gênero a condição da mulher dentro do sistema capitalista e contribui reafirmando que (2019, p. 5) “é fundamental dizer que nas sociedades capitalistas a mulher é subjugada à passividade econômica, social e sexual das mais diversas formas”, ou seja, a posição de inferioridade da mulher e em especial a mulher negra se apresenta a partir do padrão de poder em diversas vertentes da vida. Quando impulsionado pela questão de raça o estado de violência se intensifica, visto que, a tomada da América pelos europeus é caracterizada pela classificação racial. Os salários, as melhores moradias, as melhores comidas eram destinadas aos homens brancos e às mulheres brancas. A miséria era destinada aos negros, negras e mulheres e homens indígenas numa realidade natural de inferioridade.

Segundo Davis (2019, p. 109) “a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente

inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade” de forma a considerar que as pessoas negras eram desprovidas de alma e seus saberes, falas e culturas eram desprezíveis. Assim, se constrói, a partir do padrão de poder, uma história marcada pela repressão de saberes, de raça e de gênero, em que os lugares socialmente estabelecidos distinguem a população negra da branca e os homens das mulheres.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2021), no mercado de trabalho a mulher tem o salário abaixo do salário do homem, ocupando a mesma função. A mulher negra ocupa uma taxa superior à da mulher branca quando falamos em desocupação por cor/raça. Mesmo que a mulher negra tenha conseguido acessar a universidade, ultrapassando limites impostos, ela ainda encontra barreiras e desafios no mercado de trabalho. Essas são consequências postas pelo capitalismo e vivenciado até os dias atuais. Akotirene (2019, p. 51) diz que “necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade”. Há uma intersecção de problemas sociais que dão espaço ao processo de opressão na vida de mulheres negras desde a escravidão e vivenciado ainda no século XXI, moldando as experiências e vivências das mesmas.

As mulheres negras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (Carneiro, 2015; p. 129)

Nas periferias e nas vivências familiares nota-se o lugar vulnerável da mulher negra, seus entraves para a ascensão social e desdobramento desse lugar posto pela colonialidade. Mulheres negras seguem encontrando obstáculos para concluir a educação básica, muitas, quando não concluem a escolarização tornam-se trabalhadoras domésticas, recebem salários baixíssimos, não se sentem protegidas pelos órgãos públicos, pelo sistema de saúde, sofrem racismo pelas suas características fenotípicas. Muitas também sofrem com a violência familiar, estão mais expostas nos transportes públicos e ainda precisam cuidar da casa, da família e dos filhos. Esse fato exige que diversas mulheres tenham uma dupla jornada de trabalho, pois além das demandas externas, ainda precisam assumir demandas familiares. Posto que, em função das desigualdades de gênero, são as mulheres responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico.

As desigualdades de gênero, raça, classe e pouca escolarização criam vulnerabilidades que geram obstáculos para a mobilidade social. Mulheres, que já são

vítimas de diversos marcadores de exclusão, quando negras, de periferia e pouco escolarizadas, ficam num lugar desprivilegiado. Marcadores de exclusão estabelecidos e reforçados pela colonialidade, tendem, infelizmente, a colocar diversas mulheres negras no topo dos índices de violência.

## INTERSECCIONALIDADE

Collins e Bilge (2021) apresentam a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que pode ser usada na academia, na educação e nas diversas relações sociais, nas relações de poder, familiares, parentais e afins, definindo tal ferramenta como um suporte que:

[...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. (Collins; Bilge, 2021; p. 15)

Ou seja, a interseccionalidade nos permite, segundo as autoras, perceber de que forma as diversas categorias de vulnerabilidade dialogam entre si e potencializam as opressões sociais e estruturais. Além disso, a interseccionalidade busca entender também a complexidade do mundo e as formas como tais categorias atravessam as pessoas. Vivemos em uma sociedade onde marcadores sociais de desigualdades trazem para o convívio humano o processo de opressão, sendo esses marcadores produtores de estereótipos e vulnerabilidades que exclui e limita espaços sociais que historicamente são justificados por diferenças como a raça, o gênero e a classe social.

Utilizar a interseccionalidade no cotidiano como ferramenta analítica nos ajuda a perceber que a colonialidade é uma consequência do colonialismo exercido pelos europeus, a partir da criação de categorias como a de raça, atrelada ao gênero, que é uma marca universal em que se distingue o papel da mulher e o papel do homem na sociedade, além das diferentes posições sociais em que há lugares destinado a servidão, a humilhação e a dominação. São categorias propositivas que segregam e causam desigualdades sociais e posições de desprivilégio. Como posto por Milton Santos, “vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é, também, criador de inseguranças” (2008; p. 59). Como consequência de um sistema em

que os lugares são marcados por categorias que segregam, pessoas estão destinadas a lutar constantemente contra exclusões.

A pouca escolarização é uma outra categoria que interseccionada a marcadores de exclusão de raça, gênero e classe, potencializa as vulnerabilidades sociais. A escola é um espaço que constrói mecanismos de seleção e conseqüentemente reproduz discriminações, fortalecendo o preconceito racial e de gênero em sala de aula através do não enfrentamento, na adoção de materiais didáticos que omitem a história e a cultura afro-brasileira e africana, desconsiderando a realidade dos e das estudantes negros e negras de periferia. Para além do espaço físico escolar e seus mecanismos próprios, a não conclusão do ensino básico reforça a posição social, o lugar no mercado de trabalho e o status de diversos sujeitos. Ser mulher negra de periferia e analfabeta se apresenta de forma interseccional como marcadores de desvalorização na sociedade capitalista eurocêntrica.

A partir da intersecção de categorias é possível visualizar um sistema opressor que utiliza de manobras diversas para manter no poder a posição do homem hetero branco com seus privilégios da branquitude, decidindo pelas maiorias, porém excluídas. Contudo, “a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral” (Akotirene, 2019; p. 25), proporcionando perceber que as vulnerabilidades não eram dadas apenas por ser mulher, por exemplo, mas ela se intensificada quando atrelada a raça e ainda mais quando atrelada a classe e a pouca escolarização. A interseccionalidade permite o surgimento de discussões com pautas entrelaçadas nos órgãos públicos de poder, nas escolas, nos ambientes familiares, incomodando incansavelmente a estatura da colonialidade.

Pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTQs, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas e pessoas oriundas de castas e grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena e, conseqüentemente, têm menos a perder e mais a ganhar (Collins; Bilge, 2021; p. 38)

O olhar interseccional perpassa categorias que causam vulnerabilidades e permite a ruptura de manipulações estruturais. Mulheres negras periféricas, pouca escolarizadas, diante um padrão de poder que estrutura a sociedade, quando percebe-se afetada por diversas vias de opressão tem muito a ganhar e avançar a partir da tomada de consciência crítica sobre o sistema, visto que o silêncio e o apagamento são favoráveis a manutenção do poder. A tomada de consciência é um importante mecanismo de revolução

e a interseccionalidade proporciona buscas atentas e cuidadosas para entender a sociedade e os seus impactos na vida das pessoas.

## **EDUCAÇÃO DE MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS**

A colonialidade interseccionada a marcadores de exclusão de gênero, raça e classe interferem na continuidade do processo educacional de diversas mulheres negras, impulsionando o abandono escolar, as faltas injustificadas e a baixa estima intelectual. Diversas mulheres também abandonam a sala de aula, mesmo quando novas, pelas demandas impostas socialmente, como o trabalho infantil, a gravidez na adolescência, o não interesse escolar causado pela falta de atrativos nos conteúdos da sala de aula e pelo distanciamento entre educador e educando. A pouca escolarização se torna uma nova categoria de opressão colocando mulheres negras periféricas em lugares de servidão atravessado pela colonialidade dentro do mercado de trabalho. Diversas mulheres que não conseguem concluir os estudos se tornam empregadas domésticas ou vivem de trabalho informal.

A colonialidade também impulsiona o tratamento dado às mulheres negras, socialmente tidas como lascivas, imorais, desprovidas de inteligência desde o processo de escravização, ou seja, reforça um estereótipo que, na escola, é reproduzido nos materiais didáticos, no lugar de fala destinado a essas mulheres, no distanciamento provocado pelas relações de poder institucionais pré-estabelecidos no ambiente escolar. Quando pensamos em educação de mulheres adultas, pensamos em pessoas que tiveram o seu direito à educação negado em algum momento, sendo necessário refletir sobre o acesso à educação dessas mulheres negras. É um público refém da desvalorização no mercado de trabalho, reféns dos menores salários, da precariedade no sistema de saúde, reféns de discriminação de raça, classe e gênero.

É necessário, para que haja mudança na disparidade educacional que se enxergue a escola não como ambiente de transmissão de conhecimento e reprodução de práticas sociais, mas é necessário ver esse ambiente como foco de transformação social e construção de análises críticas da realidade. Para isso é importante que docentes e toda a comunidade escolar, esteja em contato com formações continuadas e que seja

disponibilizado momentos de trocas e reflexões entre os mesmos. É de extrema importância analisar o currículo escolar, podendo implementá-lo a partir da perspectiva de gênero e raça, impulsionando a construção de aulas que tragam a realidade dos sujeitos para a sala de aula, respeitando os lugares de fala e os saberes ancestrais, proporcionando assim, momentos de reflexões críticas, pois é transformador “ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos” (Hooks, 2017, p. 25).

Como dito também por Hooks (2017, p. 273) “a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades”, isso porque mesmo que a escola seja um reflexo do que é a sociedade, ela pode, de alguma forma, buscar estratégias revolucionárias para combater a colonialidade que perpassa as relações de poder. Isso se dá cotidianamente nas dinâmicas de fazer escolar, no ouvir, no posicionamento docente revolucionário que consequentemente envolve também as mulheres estudantes e que alcançará suas casas, famílias e outras mulheres de seu convívio. Entender as formas agressivas de violência e como elas dialogam fortemente é uma possibilidade de transformação.

Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão, “aceitam” fatalisticamente a sua exploração. Mais ainda, provavelmente assumam posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo (Freire, 2018, p. 71).

A modificação do *status quo* acontece nas tomadas críticas de consciência social e dessa maneira o padrão de poder estabelecido será questionado pelos sujeitos que estão em estado de vulnerabilidade. A escola, mesmo com os seus entraves, pode contribuir para as rupturas a partir dessa tomada de consciência e entender como as categorias de exclusão se interseccionam e modulam as experiências de mulheres negras periféricas pouco escolarizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os avanços e as mudanças construídas a partir das lutas sociais, o *status quo* tem se abalado com o ingresso de mulheres negras nas universidades e em posições de privilégios, mas ainda há muito o que melhorar. Até o momento em que tivermos grandes

porcentagens de negros e negras analfabetos, menor será o acesso desses nas universidades, nos cargos altos das empresas de grande porte, nos espaços políticos, e forte continuará a cultura machista, sexista e racista.

As desigualdades de gênero, raça, classe e pouca escolarização criam vulnerabilidades que geram obstáculos para a mobilidade social. Mulheres, que já são vítimas do machismo, quando negras, pobres e analfabetas ficam num lugar desprivilegiado, de servidão e lutas. A pouca escolarização atreladas a outros marcadores de exclusão, tendem, infelizmente, a segregar e colocar diversas mulheres no topo dos índices de violência, desemprego e feminicídio. Essa desigualdade quando atrelada a falta de escolarização traz agravantes sociais na vida de mulheres negras e de classe popular, tornando-as vulneráveis.

Em suma, até aqui foi possível identificar como os marcadores de desigualdade de gênero, raça, classe e pouca escolarização estão presentes na vida de mulheres negras pouco escolarizadas e a importância da escola como ambiente essencial para a construção de uma educação crítica e emancipadora. A partir da tomada de consciência crítica sobre o funcionamento da sociedade, os privilégios da branquitude e a violência posta a partir da colonialidade é possível abalar o sistema capitalista agressor.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen. Produção Editorial LTDA, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.

COLLINS, P; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. A inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FERRARA, J. Diálogos entre colonialidade e gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 2018.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir*. 2017.

NASCIMENTO, F.; SANTOS, J. **Mulher negra e EJA: estratégias de enfrentamento à violência na escola**, Caetité – Bahia, v1, n. 1, p. 70-90, jan./jun. 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 106-142, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008 (15ª edição).